

27 AGO 1987

JORNAL DO BRASIL

# O regime do "tapete"

Luiz Orlando Carneiro



O presidente Sarney, que quando senador era parlamentarista, passa a comandar ostensivamente a batalha na Comissão de Sistematização da Constituinte para derrubar o parlamentarismo *à la carte* consagrado no substitutivo Bernardo Cabral, em defesa dos seus atuais poderes e de seu mandato. O senador Afonso Arinos, presidente da Comissão de Sistematização, que já foi presidencialista ardoroso, conseguiu cravar sua emenda que, como ele mesmo justifica, "visa a simplificar o sistema semiparlamentarista proposto pelo anteprojeto". Os atuais ministros, em sua grande maioria, estão unidos e coesos em torno de seu chefe (de governo e de estado), até porque apenas um deles — Jorge Bornhausen (PFL) — tem mandato parlamentar. O presidente do PMDB e da Constituinte, Ulysses Guimarães, sempre foi presidencialista e há muito é presidenciável, mas seria tolo se não admitisse, no seu íntimo, a hipótese de vir a ser, quase por aclamação, o primeiro *premier* brasileiro desde a malograda experiência de 1961-62. Os governadores mais importantes — presidencialistas e presidenciáveis como sempre — conseguiram influir quando do adiamento, na convenção do PMDB, da definição do sistema de governo, mas até agora não demonstraram força bastante para reverter a tendência pelo parlamentarismo dominante na Constituinte. Mas já começaram a agir.

Quanto ao distinto público, sabe-se apenas que não se manifestou indireta ou diretamente, nem pelo caminho das emendas populares, o que parece indicar, por enquanto, seu interesse secundário pelo sistema de governo. Os parlamentares-constituintes que, volta e meia, vão a seus estados "consultar as bases", não vêm, desta feita, se apoiando nelas para defender o presidencialismo puro ou mitigado, o parlamentarismo mal passado, ao ponto, ou bem passado.

Em suma, o que mais se lastima, a esta altura dos acontecimentos, é que a questão central do sistema de governo não tenha merecido um verdadeiro debate constitucional, e que as cotações das diversas formas (e fórmulas) de parlamentarismo e presidencialismo venham variando, diariamente, como a cotação das ações na bolsa de valores. E mais ainda: que o governo e seus opositores procurem ganhar a parada dispu-

tando, palmo a palmo, os 83 votos da Comissão de Sistematização, certos de que será muito difícil reunir, na fase do plenário, uma maioria absoluta de 280 votos para derrubar o que vier pronto da "Grande Comissão".

Longe vai o tempo — lembra um velho parlamentarista — em que questões como o sistema de governo provocavam um grande debate nacional, a partir do Congresso, onde se enfrentavam doutos representantes da opinião pública. Como em 1949, quando Afonso Arinos, então relator da emenda parlamentarista nº 4, manteve memorável debate com Raul Pilla, autor de um extenso e erudito voto em separado contra a posição então presidencialista do relator. Naquela época, o atual presidente da Comissão de Sistematização escrevia no seu relatório, entre outras coisas, que "o parlamentarismo é um sistema de governo não somente instável, como centralizador".

Há muito convertido ao parlamentarismo, o senador Afonso Arinos acabou sendo o responsável não só pela tentativa solitária de restaurar o grande debate público no plenário da Constituinte, mas também pelo acolhimento, por parte do relator Bernardo Cabral, da emenda destinada a simplificar o sistema semiparlamentarista já proposto pelas comissões temáticas.

Por mais pura que tenha sido a intenção do senador Afonso Arinos, e por mais pragmático que tenha sido o acolhimento do relator da "Grande Comissão", não fixando prazo para a implantação do novo regime, considera-se que, dificilmente, a questão terá um curso relativamente normal dentro dos limites regimentais da Constituinte. Por ter ficado definitivamente inquinada de casuística, a discussão tenderá a ganhar os palanques das praças, contando desde já com o apoio das mesmas forças populistas, lideradas por Leonel Brizola e Luís Inácio da Silva, o "Lula", que querem marcar nas ruas, para o ano que vem, a sucessão presidencial.

A essas forças deverão se somar as vozes dos governadores, como a de Moreira Franco que, antontem, em Brasília, defendeu a convocação de um plebiscito como a solução para resolver o problema, "se porventura os constituintes entenderem que o parlamentarismo é a melhor forma de governo".

Para repetir a previsão de um constituinte presidencialista, ao contrário do futebol, o regime parlamentar pode ganhar no "tapete", mas não leva no "gramado". É muito improvável que a grande maioria dos constituintes, que não se mostrou firme quanto à escolha do sistema de governo, resista a uma pressão bem orquestrada para que os eleitores se pronunciem através de um plebiscito.